

## O LÍDER E A DIANOÉTICA: AS DUAS VIRTUDES DO INTELLECTO E A EXCELÊNCIA DA AÇÃO

Lorenzo Guterres de Oliveira<sup>1</sup>, Bruno Fleck da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Para que o empresário gerencie o ambiente organizacional de modo mais inteligente é necessário que ele entenda o ser humano de um modo geral. Este trabalho faz um estudo teórico com o intuito de entender qual hábito (ethos) deve ser preservado pela liderança. Visando este objetivo, o presente estudo parte da investigação a respeito do que é a dianoética aristotélica, quais são as funções da alma humana, suas principais virtudes, e, por conseguinte, como o intelecto instrumentaliza os fenômenos em relação ao ser, ontologicamente, para encontrar este hábito e ser capaz de internalizá-lo. Este trabalho, portanto, utiliza como fundamentação teórica duas obras centrais, sendo elas: *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, e *Da Consciência ao Ser* de Antonio Meneghetti. Ao final, conclui-se que o líder precisa conhecer os princípios que regem sua ação, compõem seu hábito. Esta é a função da dianoética, fazer o ser manter-se em um estado eudaimônico. Este líder, portanto, possui um poder capaz de fazer e realizar, sua ação é prudente, escuta com atenção, calcula e age no momento certo, porque a vida lhe guia assim, a experiência fala por estas palavras, o resultado optimal é regido conforme esta lei.

**Palavras-chave:** Real; Autoconhecimento; Ontologia; Ontopsicologia.

### The leader and dianoethics: the two virtues of the intellect and the excellence of action

**Abstract:** In order for the entrepreneur to manage the organizational environment more intelligently, it is necessary for him to understand the human being in general. This work makes a theoretical study in order to understand which habit (ethos) should be preserved by leadership. Aiming at this objective, the present study starts from the investigation about what is Aristotelian dianoetics, what are the functions of the human soul, its main virtues, and, therefore, how the intellect instrumentalizes the phenomena in relation to the being, ontologically, to find this habit and be able to internalize it. This work, therefore, uses as theoretical foundation two central works, namely: *Ética a Nicômaco* by Aristóteles, and *Da Consciência ao Ser* by Antonio Meneghetti. In the end, it is concluded that the leader needs to know the principles that govern his action, that make up his habit. This is the function of dianoetics, to keep the being in an eudaimonic state. This leader, therefore, possesses a power capable of doing and accomplishing, his action is prudent, he listens carefully, he calculates and acts at the right moment, because life guides him in this way, experience speaks for these words, the optimal result is governed according to this law.

**Keywords:** Leader; Intellect; Dianoetics; Sophia; Phronesis.

<sup>1</sup> Graduado em Administração pela Antonio Meneghetti Faculdade (AMF). E-mail: lorenzo.gd.oliveira@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Ontopsicologia pela Faculdade Antonio Meneghetti. Especialista em Filosofia e Ensino de Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Professor adjunto da Faculdade Antonio Meneghetti (AMF). E-mail: bruno.fleck@hotmail.com.

### El líder y la dianoética: las dos virtudes del intelecto y la excelencia de la acción

**Resumen:** Para que el emprendedor maneje más inteligentemente el ambiente organizacional, es necesario que comprenda al ser humano en general. Este trabajo hace un estudio teórico con el fin de comprender qué hábito (ethos) debe ser preservado por el liderazgo. Apuntando a este objetivo, el presente estudio parte de la indagación acerca de qué es la dianoética aristotélica, cuáles son las funciones del alma humana, sus principales virtudes y, consecuentemente, cómo el intelecto instrumentaliza los fenómenos en relación al ser, ontológicamente, para encontrar este hábito y poder interiorizarlo. Este trabajo, por tanto, utiliza como fundamento teórico dos obras centrales, a saber: *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, y *Da Consciência ao Ser* de Antonio Meneghetti. Al final se concluye que el líder necesita conocer los principios que rigen su actuar, conforman su hábito. Esta es la función de la dianoética, mantener al ser en un estado eudaimónico. Este líder, por lo tanto, posee un poder capaz de hacer y realizar, su acción es prudente, escucha atentamente, calcula y actúa en el momento oportuno, porque así lo guía la vida, la experiencia habla por estas palabras, el resultado óptimo es se rige por esta ley.

**Palabras clave:** Líder; Intelecto; Dianoética; Sophia; Phrónesis.

## 1 Introdução

No século XXI a tecnologia avançou de maneira extraordinária e trouxe inovação em âmbito global e maior praticidade na hora de gerir as empresas. Porém, o ser humano que opera esta tecnologia, ao contrário disto, é o mesmo de séculos atrás, continua possuindo as mesmas questões a serem resolvidas em âmbito existencial, e um comportamento condizente à época. Quando se refere a isto, é fácil perceber que o homem se difere dos demais animais, é só observarmos a natureza que se percebe a diferença de imediato, por exemplo, os pássaros estão realizados ao cumprirem aquilo que a natureza os objetivou, ou seja, serem animais capazes de voar, o mesmo exemplo serve para os peixes, os insetos e os demais animais. Porém quando se refere ao ser humano, o que seria esta função? Um técnico consegue reparar qualquer equipamento porque o conhece naquele estado de melhor funcionamento, ou seja, o conhece na-

quele estado condizente ao propósito pelo qual foi fabricado, no entanto, quando esta mesma pergunta se refere ao homem, este possui esta forma funcional a qual a natureza o projetou? A dianoética tem como objeto de estudo o homem, respeitando a sua natureza, isto é, respeitando aquilo pelo qual ele foi projetado a ser.

No imaginário popular, a imagem deste homem funcional, condizente ao projeto da natureza, está presente na figura do líder e do sábio, isto fica evidente por alguns motivos, por exemplo, no contexto de um mundo globalizado, onde o fluxo de informação é constante, o processo decisório que ocorre dentro das empresas pode se tornar uma tarefa árdua, carregando consigo um alto grau de comprometimento e responsabilidade por parte de sua liderança. Observando o cenário empresarial, pode se dizer que, o negócio é o reflexo da visão de mundo que seu líder possui e, portanto, também é a manifestação de seus ideais e valores. Sendo assim, estes fatores intrínsecos

à personalidade do líder são vivenciados pelos funcionários no dia a dia de trabalho e tendem a ser interpretados como um caminho a ser seguido em meio a tantas incertezas que compõem o mundo corporativo. Sob essa perspectiva, em tempos de crise, sendo esta moral ou econômica, a figura do líder é fundamental no desenvolvimento das organizações. Aristóteles (2020) em sua obra a respeito da Ética aponta a importância da experiência atrelada ao ato de decidir através da boa deliberação humana, referindo-se a este como um sábio, pois é através da experiência que é possível conhecer aquelas particularidades referente ao contexto operado. O líder, portanto, utiliza-se de sua experiência e de fatos pré-concebidos para conduzir o empreendimento da melhor forma – dentro das competências individuais do mesmo – e opera de modo proporcional a estas com o intuito de trazer função, em contexto organizacional.

O que solidifica uma instituição internamente, isto é, o que faz ela perdurar ao longo do tempo, são os hábitos cultivados em sua cultura. O estudo da ética pode ser classificado como um conjunto de técnicas que tendem a preservar um certo éthos, sendo este, composto por diversos costumes e hábitos que refletem a cultura de determinado grupo social. A palavra cultura tem sua origem do latim *culturae* e representa um certo modo de agir e tratar tanto em âmbito moral quanto físico. Em âmbito organizacional, a responsabilidade de conduzir estes modos de ação recai sobre o líder, que inicialmente delimita o caminho, demonstra aqueles costumes que servem de função a todos, e posterior a isto, acompanha o desenvolvimento e espera de forma ativa

que seus colaboradores sigam o exemplo. Deste modo, a ética em sua etimológica (*ethos+ica*) sempre se refere ao hábito atrelado a uma forma, que se adequa ao ápice da função propriamente humana, é por este motivo que, entendendo o hábito como fenômeno, se torna possível encontrar os seus princípios e estabelecer através da razão, qual é a forma que trará o maior resultado, no que se refere ao bem humano, dentro das possibilidades da própria ação.

Nota-se então que o estudo da ética forma aqueles conceitos necessários, que posteriormente são reconhecidos através da razão, ou seja, se tornam homogêneos perante ela, permitindo assim, perceber tudo aquilo que difere, ou seja, que não serve para aquele propósito previamente estabelecido. É esta dialética antinômica, entre razão e intuição, que auxilia o líder a conduzir os parâmetros éticos de sua organização.

Este trabalho, portanto, constitui-se de um estudo teórico que tem como objetivo entender como a liderança pode perceber estes hábitos, preservá-los em si, e instrumentalizá-los a favor da instituição posteriormente. Para que isto aconteça, do ponto de vista humano, é necessário entender o que é o intelecto, como ele opera, qual é a sua finalidade, e quais virtudes o regem. Estes pontos se referem ao estudo da dianoética (*dia+noein+ethos+ica*), isto é, preservar (*ica*) um hábito excelente (*ethos*) através (*dia*) do uso da razão (*noein*). Deste modo o estudo da dianoética busca em sua gênese, encontrar aquilo que é verdadeiro e entender os princípios e as conclusões de tudo o que há de mais belo na natureza, tendo como ponto de partida o entendimento do ser humano e de sua realização.

## 2 Fundamentação Teórica

Aristóteles começa a obra *Ética a Nicômaco* investigando o que seria próprio do ser humano, ou seja, aquilo que só o homem pode fazer e que, portanto o diferencia das demais espécies. Ao investigarmos esses fatores, fica notável que aquilo que diferencia o ser humano das demais espécies é o Logos, ou seja, o uso da razão, a capacidade de discursar, a lógica. Dentro deste espectro, aquilo que seria o ápice desta função, é a de construir a realização relativa ao próprio indivíduo. Esta característica é denominada como Eudaimonia do grego antigo *εὐδαιμονία*, composta por Eu (bom) daimōn (gênio, espírito), este bom gênio é constantemente lapidado quando se busca entender a lógica existente por detrás dos fenômenos, isto é, dos seus princípios e suas manifestações.

Todo conhecimento e prévia escolha objetivam algum bem, examinemos o que cumpre declararmos ser a meta da política, ou seja, qual o mais elevado entre todos os bens cuja obtenção pode ser realizada pela ação. No tocante à palavra, é de se afirmar que a maioria esmagadora está de acordo no que tange a isso, pois tanto a multidão quanto as pessoas refinadas a ela se referem como a felicidade, identificando o viver bem ou o dar-se bem como ser feliz. Mas quanto ao que é a felicidade a matéria é polêmica, e o que entende por ela a multidão não corresponde ao entendimento do sábio e sua avaliação (ARISTÓTELES, 2020, p. 49).

Aristóteles define então a *eudaimonían* como o supremo bem, este termo pode ser traduzido para a língua portuguesa como felicidade, porém esta tradução carece de significado nos dias atuais. Isto é, se levarmos em consideração que o espírito (daimōn) representa a consciência, ou seja, o saber com elucidado pela razão, e que

o Eu exprime um sentido de bem próprio, ao se observar estes fatores, a fim de tornar mais lúcido a palavra felicidade neste contexto, a Eudaimonia deve ser entendida como aquela característica que representa a perfeita função que o homem dotado de Logos pode conceber, isto é, utilizar-se da razão, da capacidade intelectual da alma de discursar, para fazer projetar-se o próprio ser em um estado de perfeita adaptação.

O uso da razão para Aristóteles é um meio de decodificar as sensações, os sentidos, as evidências que a própria natureza gera, isto é, identificar as causas e seus efeitos através da lógica, com o intuito de se aproximar daquele caráter atrativo concludente, definido por ele como telos (τέλος) ou finalidade. Para que isto seja possível, o ser humano deve agir guiado pelas virtudes (areté), que são definidas através da adaptação perfeita relacionada a um modo de agir. É por isto que Aristóteles prossegue seu raciocínio a respeito deste supremo bem, e propõe investigarmos primeiro o que seria a alma e depois suas disposições, que são classificadas como virtudes, com o intuito de entender a Eudaimonia de uma melhor forma. Assim verifica-se:

A virtude que temos que investigar é claramente humana, pois o bem e a felicidade que buscamos foram o bem humano e a felicidade humana. Virtude humana significa não a do corpo mas a da alma. E entendemos felicidade como uma atividade da alma. Ora, se é assim, está claro que caberá ao estadista adquirir o conhecimento da psicologia, do mesmo modo que aquele que pretende curar o olho ou as outras partes do corpo precisa ter conhecimento do corpo [como um todo] (ARISTÓTELES, 2020, p. 74).

Bini (in ARISTÓTELES, 2020) destaca aqui que a palavra estadista refere-se no texto como

politikòn, representando indistintamente um estudioso da política (politiké), e que esta, por ser uma ciência prática para Aristóteles, não há distinção. Além disso, Bini (in ARISTÓTELES, 2020) também salienta que a psicologia aqui, significa literalmente da alma (perì psychês), e que, portanto, abrange o estudo da alma quando se refere a Aristóteles, e não da mente como é utilizada nos tempos modernos.

## 2.2 As funções da psychê humana, segundo Aristóteles

Com o intuito de entender quais são suas características e como elas operam, Aristóteles aborda a psychê humana demonstrando quais seriam estas funções e sobre o que elas tratam. A primeira, segundo ele, é designada como a função que nutre o corpo.

Na parte irracional da alma há uma divisão que parece ser comum [a todas as coisas vivas], possuindo natureza vegetativa. Refiro-me ao que é causa de nutrição e crescimento, pois supomos, com efeito, que uma faculdade vital dessa natureza existe em todas as coisas que assimilam alimento, e nos embriões. [...] A virtude dessa faculdade parece, portanto, ser comum [a todos os seres animados] e não característica do ser humano (ARISTÓTELES, 2020, p. 75).

Como visto, a primeira reside em todos os seres vivos e é denominada como a parte nutritiva, sendo assim responsável pelo crescimento, reprodução e manutenção do corpo. A segunda função, já está presente em todos os animais e diz respeito às sensações, sendo assim classificada como a faculdade sensitiva da alma, que por sua vez, pode ser classificada como irracional, porém em nós seres humanos, esta parte

sensitiva está subordinada à razão, ao caráter continente e incontinente do indivíduo, como demonstrado a seguir.

Parece haver também outra natureza na alma que é irracional, mas que de certa forma participa da razão. Com efeito, aprovamos a razão do indivíduo continente e do incontinente e a parte de suas almas que é racional (que os encaminha na senda correta e para o melhor). Entretanto, evidencia-se neles igualmente a presença de outro elemento natural além da razão, o qual a combate e a ela se opõe (ARISTÓTELES, 2020, p. 76).

Este elemento natural é um produto das sensações, isto é, tem origem naqueles sentidos primários do ser humano, como por exemplo, a audição, a visão, o olfato, o tato e o paladar, é através deles que se sente o ambiente em primeira instância, é por isto que, quanto mais vívidas forem estas percepções, maior será o impacto que elas causam em nós, transformando-se em emoções e memórias, e como abordado, as emoções (pathos) devem estar subordinadas ao terceiro elemento da alma, que desta vez, já possui um caráter racional.

E podemos chamar essas partes de científica e calculadora; uma vez que deliberar e calcular são o mesmo e não há deliberação sobre coisas imutáveis [entendemos que] a parte calculadora constitui uma parte da parte (faculdade) racional da alma. Determinar, portanto, qual é o estado de cada uma dessas partes que é o melhor é aqui nossa tarefa, pois este estado será a virtude de cada uma delas (ARISTÓTELES, 2020, p. 220).

Este terceiro elemento, já é próprio dos seres humanos e diz respeito à razão, estes conceitos são elaborados de uma melhor forma no livro VI de Ética a Nicômaco, lá Aristóteles subdivide as funções da parte racional da alma em

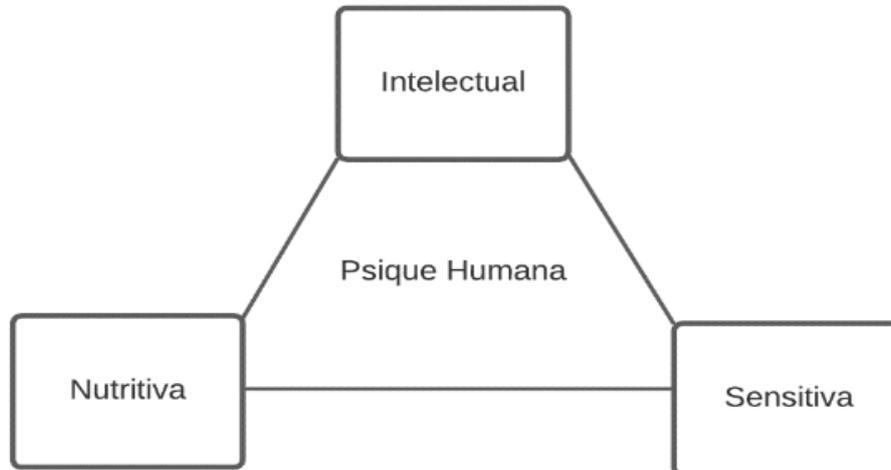
duas, a primeira é denominada como a parte científica e a segunda a como a parte calculadora. Segundo Bini (in ARISTÓTELES, 2020), científica (epistemonikòn) aqui, diz respeito a um conhecimento imutável, que só pode ser passível de especulação por aquilo que é concreto, sendo estabelecido por uma certeza pela qual os princípios não podem ser diferentes dos que são. Além disso, Bini (in ARISTÓTELES, 2020) salienta a respeito dessa parte calculadora (logistikòn), como sendo aquela que delibera, encontra as possibilidades e age em cima daquelas que são mais prováveis de se manifestarem.

Perine (2006) evidencia que, ambas as partes, científica e calculadora, são guiadas respectivamente por *sophía* e *phrónesis*, e que o sábio

(*phrónimos*) as utiliza como virtudes norteadoras que visam realizar as funções intelectuais da alma, dentro dos parâmetros humanos, com excelência. Ademais, Perine (2006) vai destacar que, Aristóteles utiliza da lista das virtudes intelectuais remetentes a Platão e a seus Acadêmicos, classificadas por: *phrónesis*, inteligência, ciência, *sophía* e aptidão para compreender a arte, e vai afirmar que para Aristóteles, não existem senão apenas *phrónesis* e *sophía*.

A figura a seguir (Figura 1), aborda este conceito e o expande, trazendo outras duas funções que fazem parte da alma humana, porém que agora, fogem em algum grau daquilo que foi estabelecido como puramente racional. Estas duas são respectivamente, a função nutritiva e a função sensitiva da alma.

**Figura 1** – Representação da Psique Humana



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2022).

Portanto, concluindo esta etapa, fica claro o quanto esta seção foi de extrema importância para que, a fim de abordar os objetivos propostos, dar os primeiros passos para esclarecer alguns princípios que nortearão o líder – aqui referido como um aspirante a sábio (*phrónimos*) –, a utilizar as faculdades intelectuais da alma,

visando àquelas virtudes (*areté*) que representam a excelência humana, no tocante ao uso da razão de forma inteligente. Estes princípios servirão de auxílio para entender melhor as disposições da *psikhé* humana e como o líder delibera a respeito daquilo que é contingente em seu ramo de atuação

### 2.3 Diferenças entre *phrónesis* e *sophía*

Nesta seção, o tema abordado será a respeito das virtudes que guiam o sábio ao que se referem aqueles conhecimentos singulares passíveis de deliberação, e aqueles os quais são imutáveis e necessários (*anágke*). As virtudes aqui serão vinculadas de acordo com aquelas funções que lhes são próprias, por exemplo, quando se refere ao conjunto das faculdades intelectuais da alma (*daimōn*), existem aquelas funções que nós em âmbito lógico realizamos bem, o dito inteligente consegue encontrar os problemas, as possíveis possibilidades de um determinado fenômeno acontecer antes de outro, utilizando aquilo que é passível de deliberação e aquilo que já é um conhecimento concreto.

A virtude de uma coisa está vinculada à função que lhe é própria. Há três coisas na alma que têm o controle da ação e da verdade: percepção sensorial, intelecto, desejo. [...] O buscar e o evitar no desejo são o que a afirmação e a negação são no intelecto (ARISTÓTELES, 2020, p. 221).

Como visto acima, é característico do desejo buscar e evitar, assim como é característico no intelecto afirmar e negar. Do ponto de vista lógico, toda definição carrega consigo uma negação e um viés direcionado ao que lhe é semelhante, ou seja, parte na direção daqueles conceitos previamente estabelecidos e ditos comuns perante o interlocutor.

Todos nós admitimos que aquilo que conhecemos não pode ser diferentemente; quando uma coisa pode ser diferentemente se acha fora de nossa observação, não sabemos se ela existe ou não. O objeto do conhecimento, portanto, existe necessariamente. Disso resulta que

é eterno, pois tudo o que existe com base na necessidade pura e simples é eterno. E aquilo que é eterno é não gerado e imperecível (ARISTÓTELES, 2020, p. 223).

Porém é visto que, não basta apenas nos privarmos aos conceitos, é por isto que Aristóteles salienta que o intelecto nada move por si mesmo, a não ser que este intelecto vise a um fim, o que só é possível através do desejo vinculado a uma ação para alcançá-lo. Então, segundo Perine (2006) o princípio da decisão se dá através de um intelecto desejanter (*orektikos nous*) interligado a um desejo refletido (*orexis dianoetike*). Fica evidente aqui que tanto a parte científica quanto a parte calculadora, pertencentes às faculdades intelectuais da alma, desejam encontrar a verdade, isto é assim e pode ser observado através da quantidade de empenho que a ela é designada.

Portanto, ambas as partes intelectuais têm como função alcançar a verdade, o que nos leva a concluir que as virtudes de cada uma são aqueles estados que melhor as sustentam para alcançar a verdade (ARISTÓTELES, 2020, p. 223).

Portanto, já que as faculdades intelectuais da alma buscam a verdade, se torna necessário explicar quais são os processos lógicos possíveis para se chegar a determinado conhecimento. Aristóteles vai nos dizer que existem dois, um deles parte de algo singular e particular e chega ao universal, sendo denominado por Bini (in ARISTÓTELES, 2020) como indução (*epagógês*), e o outro é inversamente o oposto, partindo dos universais e tentando chegar ao singular e particular, conhecido como dedução (*sylogismôî*), como demonstrado a seguir.

Ademais, parece que todo o conhecimento pode ser transmitido por ensinamento e que aquilo que é objeto do conhecimento pode ser aprendido. E o ponto de partida de todo ensino é o previamente conhecido [...] uma vez que procede por indução ou por dedução. A indução é dos princípios e do universal, ao passo que a dedução parte dos universais (ARISTÓTELES, 2020, p. 223).

Através desses processos lógicos é que se consegue chegar próximo a um conhecimento concreto e necessário, e a um conhecimento deliberativo. Como demonstrado a seguir, é a partir destas dinâmicas que nasce a possibilidade de, através das afirmações e negações, criar conceitos que visam buscar aquilo que é perante nós semelhante ou até mesmo idêntico, e também aquilo que se destaca de um modo heterogêneo.

Suponhamos que os meios através dos quais a alma alcança a verdade por afirmação ou negação sejam cinco. São eles: arte, conhecimento, prudência (sabedoria prática), sabedoria, entendimento. Com efeito, conjectura e opinião são passíveis de erro (ARISTÓTELES, 2020, p. 223).

Aristóteles vai reduzir estes cinco modos, a apenas dois. Phrónesis e sophía, sendo estes também responsáveis pelos outros três: arte, conhecimento e entendimento. Aristóteles vai dizer que o prudente é aquele que é capaz de deliberar bem, porém não visando algo especificamente particular, mas visando algo que gere bem-estar de um modo em geral, isto é, em todos os aspectos de sua vida.

Tem-se como característica do indivíduo prudente ser ele capaz de deliberar bem sobre o que é bom e proveitoso para si mesmo, não em um aspecto parcial e particular, – por exemplo,

o que concorre para sua saúde ou vigor, mas o que contribui na sua vida, para o bem-estar em geral (ARISTÓTELES, 2020, p. 223).

Dito isto, Aristóteles acrescenta que a prudência só pode deliberar perante aquelas coisas que são mutáveis, e que não são impossíveis de se realizarem, sendo assim, é impossível ser de respeito à phrónesis a capacidade de gerar conhecimento ou arte, pois a ação que realiza e a produção propriamente dita são diferentes em gênero, uma visa a criação de maneira completa, e a outra visa o puro ato de agir, e no que diz respeito ao conhecimento, este é baseado tanto em fatores necessários (anágke) e imutáveis, quanto em fatores que são factíveis de deliberação.

Conclui-se que a prudência (sabedoria prática) não é conhecimento, como tampouco é arte. Impossível ser conhecimento, porque coisas realizáveis são mutáveis; não pode ser arte, porque ação (realização) e criação (produção, fabricação), enquanto gêneros são diferentes. A criação visa a um fim distinto do ato de criar; na ação, o fim é tão só o próprio ato de agir – com efeito, a boa ação é ela mesma o fim (ARISTÓTELES, 2020, p. 223).

O conhecimento e o entendimento, sendo classificados como duas das cinco formas pelas quais a alma alcança a verdade, por alusão, referem-se a um cofre e a senha para acessar o seu interior, isto é, o entendimento diz respeito aos princípios pelos quais as coisas são regidas (o interior delas), e o conhecimento diz respeito aos fenômenos (aquilo que está aparente e solidificado), é por isto que, a sophía, engloba estes dois aspectos. O sábio (phrónimos) não está satisfeito em entender apenas aquilo que está aparente, ou seja, a resultante dos princípios, mas também busca com vigor entender a

respeito daquilo que é íntimo a este fenômeno, principalmente referindo-se àqueles de caráter excelso.

Sabedoria está presente nas artes referindo-se àqueles homens que são os mais consumados mestres em suas artes. [...] Conclui-se, diante disso, que sabedoria (sofia) é a forma mais consumada de conhecimento. O sábio, portanto, não se limita a conhecer as conclusões resultantes dos princípios, mas em verdade tem a compreensão dos próprios princípios (ARISTÓTELES, 2020, p. 229).

Portanto, a diferença entre *sophía* e *phrónesis*, é que a *sophía* engloba assuntos que dizem respeito além do homem, buscando entender seus princípios de maneira íntima, é por este motivo que ela representa o saber em sua forma excelente. Enquanto a *phrónesis* diz respeito ao ato de deliberar bem sobre as coisas relativas ao próprio ser, Aristóteles no intuito de demonstrar isto cita um exemplo relativo a Anaxágoras e Tales:

Eis por que se diz que Anaxágoras, Tales e homens de idêntico perfil podem ser sábios, mas não prudentes quando se observa que exibem ignorância quanto aos seus próprios interesses; e embora se diga possuem eles um conhecimento extraordinário, admirável, difícil e divino, esse conhecimento é considerado inútil, porque as coisas por eles buscadas não são os bens humanos. A prudência, ao contrário, é relativa aos assuntos humanos e àquilo quanto ao que se pode deliberar (ARISTÓTELES, 2020, p. 230).

Segundo Bini (in ARISTÓTELES, 2020) o ser humano passou a ser o centro da filosofia a partir de Sócrates, dando-se destaque para a ética, é por isso que, quando se refere aos bens humanos, Aristóteles apontava para o estudo da ética como aquela relativa ao estudo do hábito humano visando a excelência típica desta fun-

ção, ou seja, tendo em vista que aquilo que difere o homem dos demais animais é o logos, ao falar do bem humano, o que está em pauta são aquelas características próprias que executam estas funções de um modo excelente.

## 2.4 A utilidade das virtudes *sophía* e *phónesis*

Portanto, abordar as diferenças entre *sophía* e *phrónesis*, esta seção visa entender qual é a utilidade de ambas as virtudes condizentes com as partes intelectuais da alma. Pois, fica claro que, nenhuma delas é produtora ou criadora no mesmo sentido da arte (*Techné*), sua produção se dá de maneira diferente, como demonstrado a seguir, a produção referente à *sophía* e *phrónesis* diz respeito a elas enquanto causa formal.

[...] são necessariamente desejáveis em si mesmas, ainda que nenhuma delas seja produtora ou criadora. Em segundo lugar, afirmamos que efetivamente produzem algo, não como a medicina produz saúde, mas como esta produz saúde [enquanto causa formal], tal como a sabedoria produz felicidade (ARISTÓTELES, 2020, p. 241).

A *sophía* produz felicidade (*eydaimonían*), naquele momento em que, está presente como causa formal, e se converte em ato através das faculdades humanas. Porém a boa deliberação, ou seja, aquela que calcula os meios para se alcançar a eudaimonia diz respeito exclusivamente à *phrónesis*. A causa formal, diz respeito às características qualitativas do objeto analisado, isto é, se refere às suas particularidades.

Ela é uma parte da virtude como um todo e, portanto, mediante sua posse e se convertendo em ato, torna [o ser humano] feliz. E é somente graças à prudência e à virtude moral que a função própria [do ser humano] é plenamente realizada (ARISTÓTELES, 2020, p. 241).

Portanto, um dos modos pelos quais a *sophía* produz enquanto causa formal a *Eudaimonia*, é naquele sentido etimológico da palavra, ou seja, as características que compõem o bom gênio são determinadas por aquilo que ele é (excelência ao se utilizar do intelecto e perfeita adaptação, assertividade), e não por aquilo que poderia ser. *Sophía*, portanto, aponta esta forma através de um dado empírico, isto é, se refere sempre a um conhecimento concreto, já estudado e averiguado. É evidente, portanto, que quem utiliza o seu intelecto com excelência e é assertivo no ato de deliberar bem, será feliz de modo geral, isto é, na maior parte de seu tempo de vida, salvo casos extremos, pois tem seu instinto e suas emoções sob controle.

A sabedoria, com efeito, não especula em torno daquilo que determinará a felicidade humana (de fato, não se ocupa do *vir a ser*), mas embora tenha a prudência essa função [...] conhecer essas virtudes não nos torna mais capazes de praticá-las, porquanto as virtudes são estados de caráter (ARISTÓTELES, 2020, p. 240).

As virtudes do intelecto, portanto, nada produzem além daquele estado enquanto forma, portanto, fica claro que realizar aquilo que foi definido como a meta é responsabilidade de outro componente, uma faculdade distinta desta, Aristóteles irá denominar esta faculdade como *deinóteta*, traduzida por Bini (in ARISTÓTELES, 2020) como engenhosidade, possuindo um caráter neutro, isto é, pode produzir ações nobres ou vis, e será definida deste modo através do resultado, daquele fim obtido.

Existe uma faculdade que denominamos engenhosidade, que é a capacidade de execução das coisas conduzindo-as à meta que estabelecemos, e atingindo-a. Se a meta for nobre,

a engenhosidade revelar-se-á uma faculdade louvável; se for vil, revelar-se-á mera astúcia, razão pela qual classificamos pessoas prudentes e biltres igualmente como engenhosos (ARISTÓTELES, 2020, p. 242).

A engenhosidade, portanto, apresenta duas possibilidades: a de se tornar nobre através do uso da prudência (*phrónesis*), ou a de tornar vil e sumariamente mau. Portanto, ela é uma ferramenta e pode ser utilizada para se obter qualquer um destes resultados, dependerá de quem a utilizar. A *phrónesis* utiliza-se das virtudes morais que representam a perfeita adaptação referente a um modo de agir, uma mediania entre os extremos. É por este motivo que não é possível ser prudente sem estar em concordância com as virtudes, ou seja, identificá-las como próprias.

[...] contudo, esse bem somente se revela como tal para o indivíduo bom; com efeito, o vício nos perverte e nos faz falsear acerca dos princípios da ação. A evidente conclusão disso é não ser possível sermos prudentes sem sermos bons (ARISTÓTELES, 2020, p. 242).

Levando em conta o que foi abordado, fica perceptível que, ao visar responder o problema proposto, torna-se necessário atentar-se ao líder, para que este também desenvolva as competências de um sábio (*phrónimos*), já que o mesmo utiliza-se das virtudes para guiar uma boa relação e da engenhosidade (*deinóteta*) para alcançar aquilo que foi proposto inicialmente. Tanto a *phrónesis*, quanto a *sophía*, auxiliam o líder – enquanto forma – a estabelecer aqueles conhecimentos necessários (*anágke*) à gestão empresarial, e o auxiliam a estabelecer o que é a boa deliberação, quando se refere ao que pode ser calculado, em aspecto decisório. *Sophía*, portanto, não visa o transcendente e sim aquilo que

é, o modo como está no agora, e não com o vir a ser – afinal este aspecto denota-se ao futuro, ao incerto –, preocupa com o presente e por isto, este aspecto do intelecto se preocupa em colher as particularidades daqueles acontecimentos necessários e empíricos (*anágke*) que formam o conhecimento e o entendimento de qualquer indivíduo que destas virtudes faça uso. A *Eudaimonia* é constatada, portanto, como uma das principais chaves para se estabelecer uma boa relação entre o líder e a sua equipe dentro do contexto empresarial. A realização só pode ser obtida através das virtudes intelectuais *sophía* e *phrónesis*, sendo esta última também responsável por encontrar a mediania entre os demais estados de caráter moral do ser humano. Ademais, é possível estabelecer relações de caráter vil, injustas por natureza, quando o líder apenas utiliza-se do discernimento e não da *phrónesis* para deliberar. O vício como demonstrado, deturpa a visão e direciona as decisões – até em aspecto relacional – de forma errônea e infrutífera a médio e longo prazo.

## 2.5 *Phrónesis* e *empeirías*

Os princípios de todos os estudos relativos aos fenômenos se tornam perceptíveis através da experiência (*empeirías*), é por este motivo que *phrónesis* e *empeirías* são dois lados da mesma moeda. É impossível simplesmente, que um indivíduo, através da lógica e das abstrações, extraia da natureza a sua real sabedoria unicamente por meio da leitura de livros, estes, podem representar um percentual significativo quando se trata dos fenômenos apresentados na realidade, porém somente a experiência ligada

a este intelecto é capaz de colher aqueles particulares relativos a estas abstrações de modo prático.

Eis a razão: a prudência tem a ver com fatos particulares, cujo conhecimento só pode surgir a partir da experiência, experiência cuja posse é impossível para um jovem, pois só o acúmulo dos anos pode produzi-la ([...] Uma resposta possivelmente satisfatória esclareceria que a matemática se ocupa de abstrações, enquanto os princípios daquelas matérias são oriundos da experiência; e o jovem só pode balbuciá-los sem ter deles convicção, ao passo que a essência da matemática se lhe afigura suficientemente clara). Por outro lado, na deliberação, pode-se cair em equívoco seja quanto ao universal, seja em quanto ao particular (ARISTÓTELES, 2020, pp. 233-234).

Um único ser humano, ainda mais jovem, não possui tempo de vida suficiente para conseguir criar estas relações, fazer estas sinapses, se tornar prudente. Pode ser sim um especialista em alguma área do conhecimento, porém ainda não consegue criar conjunto, ligar as partes que compõem e se relacionam com o universal, deliberar de modo assertivo, isto apenas a experiência é capaz de prover.

Na medida, porém, em que aquele que delibera mal incorre em erros, quando quem delibera bem o faz com acerto, fica claro [ao menos] que a boa deliberação constitui uma forma de acerto ou exatidão, ainda que estranha ao conhecimento e à opinião (ARISTÓTELES, 2020, p. 235).

A exatidão da deliberação envolve a experiência, porém o seu acerto não exprime necessariamente a boa decisão proveniente do caráter de alguém que delibera bem. É possível deliberar com exatidão visando um fim prontamente mau, ou a partir de falsos meios. Neste caso, não se obtém o domínio da *phrónesis*, pois os

vícios escurecem a visão de longo prazo, deturpam o caminho e apontam para direções errôneas. É por este motivo que o sábio age através de meios concretamente bons, visando exclusivamente a eles.

O indivíduo descontrolado ou o indivíduo perverso poderá, depois de exercer o cálculo, atingir sua meta como algo acertado, e com isso terá deliberado com acerto, embora tenha obtido algo sumamente mau, quando é de se considerar ser a boa deliberação um bem. [...] É possível, porém, atingir tanto algo bom quanto algo mau através de uma falsa dedução; o acesso à coisa certa a ser feita é possível, mas não o seu acesso a ela por meios corretos (ARISTÓTELES, 2020, p. 236).

A boa deliberação inclui aqueles fatos gerais e universais abordados através do método dedutivo, os conduzindo de modo correto e satisfatório a um fim geral. É certo dizer, da mesma forma, que a boa deliberação aborda da mesma maneira aqueles fatos particulares, utilizando desta vez, o método indutivo lógico. A experiência, portanto, quando interligada ao núcleo intelectual humano, colhe o fato particular com exatidão circunstancial, isto é, adaptada àquele meio, e traz a deliberação assertiva alinhada às virtudes que representam o exercício desta função, da melhor forma, circunscrita através das possibilidades da ação humana.

A boa deliberação em geral é a que conduz aos resultados corretos e satisfatórios relativamente ao fim geral, ao passo que aquela com vista a algum fim particular é a que alcança resultados corretos e satisfatórios no tocante a algum fim particular. Se, assim, bem deliberar é característico dos indivíduos prudentes, a boa deliberação deve ser acertada relativamente ao que é expediente como algo que atinge o fim, genuína concepção do que é a prudência (ARISTÓTELES, 2020, p. 236).

Porém não podemos confundir a boa deliberação da prudência, com o discernimento, embora ambos almejam o mesmo objeto de estudo, diferem enquanto caráter, pois a prudência é acompanhada da decisão prática.

[...] podemos concluir que seus objetos são os mesmos da prudência, o que não quer dizer que discernimento e prudência sejam idênticos, pois enquanto esta última emite comandos (já que seu fim é instruir sobre o que se deve fazer ou não fazer), o discernimento se limita a julgar (ARISTÓTELES, 2020, p. 237).

Isto é, a prudência emite um caminho, um comando, enquanto o discernimento apenas julga com base naquilo que nos é semelhante, ou seja, é excludente por natureza lógica, não pondera os pontos, não faz mediania. É por este motivo que o discernimento não obtém a posse da prudência ou é capaz de desenvolvê-la.

## 2.6 A phrónesis e o princípio da ação

Como o intelecto visa o entendimento da verdade e a virtude de um determinado comportamento está sempre vinculada a uma função que lhe é própria, do ponto de vista da alma humana, são três os vetores que são capazes de conduzi-la a este fim. Aristóteles denomina assim, as sensações, o intelecto e o desejo.

Por conseguinte, na medida em que a virtude moral é um estado que diz respeito à prévia escolha, e esta é desejo deliberado, conclui-se que se ela deve ser boa, a razão precisa ser verdadeira e o desejo correto, ficando este último obrigado a buscar as mesmas coisas afirmadas pela primeira (ARISTÓTELES, 2020, p. 221).

Portanto, quando a pauta é o princípio que gera a boa ação, é certo dizer que esta provém de uma prévia escolha, e o princípio desta pré-

via escolha une o desejo a um fim provido pela razão e a ação que o manifesta. Desta forma, se a finalidade da alma racional é entrar em contato com o real e entendê-lo, conclui-se então que a prévia escolha deve ser boa, a razão deve coincidir com a verdade e o desejo deve ser congruente com o ser.

O princípio da ação (ou seja, o seu movimento, não o seu fim) é a prévia escolha e o princípio desta é o desejo e a razão visando a certo fim. Disso resulta que a prévia escolha não prescinde do pensamento e do intelecto, bem como não prescinde de um estado moral. O intelecto, entretanto, nada move por si mesmo, mas somente o intelecto que visa a um fim e vinculado à ação. Este é, com efeito, o princípio produtivo [...]. A conclusão é que a prévia escolha é qualificável ou como o pensamento vinculado ao desejo ou o desejo vinculado ao intelecto, e este princípio ativo é o ser humano (ARISTÓTELES, 2020, p. 222).

A prévia escolha nada tem a ver com o passado em sentido factual, mas sim com o futuro e contingente, ela preocupa-se com o vir a ser. Deste modo a virtude do intelecto que delibera a respeito destas questões é a *phrónesis*. Neste sentido, a prévia escolha está alinhada à *phrónesis*, por que ela auxilia o indivíduo a manter-se na virtude moral, ou seja, a parte calculadora da *psychê* humana encontra de modo prático a mediania que representa a virtude da escala comportamental.

Com efeito, no caso de todos os estados que foram discutidos, assim como no tocante a todas as demais coisas, há certo alvo a ser visado no qual aquele que está de posse da razão pousa seu olhar, aumentando ou relaxando sua tensão em conformidade com ele, e existe uma regra determinante dessas medianias que dissemos ocuparem a posição intermediária entre o excesso e a deficiência, em harmonia com a reta razão (ARISTÓTELES, 2020, p. 219).

Portanto, quando Aristóteles salienta que a prévia escolha não prescinde do pensamento e do intelecto, nem tampouco de um estado moral, se refere que, primeiro; o intelecto nada move por si mesmo sem ser acompanhado por uma finalidade e uma ação, e segundo; que um estado moral não necessariamente reflete uma virtude moral. Deste modo, quando se fala a respeito da finalidade da parte científica da alma, buscar conhecer e entender a verdade, sendo a parte calculadora dependente desta, nada mais natural que ambas tenham o mesmo objetivo, já que estas duas constituem um único núcleo.

## 2.7 O intelecto humano e seu valor ontológico

Segundo Meneghetti (2014) intelecto tem sua origem no latim *intus actionem legere* e significa ler dentro da ação, em âmbito filosófico pode se dizer que, o intelecto representa um ato do ser que opera de forma interna, ontológica.

O intelecto é um ente e colhe por intuição: dentro a dentro, íntimo a íntimo, ser no ser, ser a ser. A sua característica está na sua essência – ser – por isso, conhece por intuição, porque o intelecto intenciona aquilo que lhe é similar, igual (MENEGETTI, 2014, p. 123).

O similar é uma escala para o idêntico, isto é, a razão organizada, a lógica utilizada por certo indivíduo, sempre irá buscar aqueles conceitos prévios, já adquiridos, para tentar resolver qualquer problema que lhe é apresentado, calculando o caminho para resolver a questão da melhor forma possível, adequada à capacidade de cada ser. O que implica, por sua vez, a probabilidade do fracasso proveniente de um erro na deliberação. O objeto ao qual se dedi-

ca o intelecto, portanto, é sempre interligado ao locus em que o ser se encontra, isto é, tenta encontrar similaridade nas situações que já foram vivenciadas e que trouxeram consigo um resultado, positivo ou não, para que assim, através destas análises, o indivíduo evite um dano futuro – perda de potência – e que, para aquelas experiências que trouxeram bons frutos, isto é, ganho de potência, aconteçam de forma mais frequente. Desta forma, a necessidade primária do intelecto é conhecer a localização exata do ser, como demonstrado a seguir:

Portanto, o objeto específico, próprio do intelecto, é o ente enquanto ente. Aquilo que o intelecto conhece é a localização do ser: essa é a sua necessidade, a sua importância, a sua iluminação. O intelecto é tranquilo hóspede onde quer que seja o ser e somente aquilo que o ser presencia: é uma evidência interna (MENEGHETTI, 2014, pp. 123-124).

Meneghetti (2014) acrescenta que, a experiência vem do latim *ex perior actio* e representa o resultado ou um estado de consciência depois de morrer (*perire*) dentro de determinada interação, situação vivenciada.

O intelecto é a faculdade, a operação que se distingue de qualquer outra forma de contato experiencial. “Experiência” significa que o conhecimento “morre” dentro daquilo que se torna, naquilo que percebe; algo se torna o sujeito ou o sujeito torna-se aquela coisa (MENEGHETTI, 2014, pp. 123-124).

Meneghetti (2014) afirma que, o segundo objeto de contato ao qual o intelecto se preocupa diz respeito aos fenômenos. O intelecto, portanto, observa-os com um intuito de instrumentalizá-los em relação ao ser, que é definido aqui como sua prioridade.

O intelecto é o que conhece (*id quod*), ou seja, o ser enquanto a consciência, a razão, as causas, os efeitos, as qualidades, os modos, o lugar, o tempo etc. São os instrumentos que são ativados, operados, por meio dos quais o ente conhece o ser (o “*quo*” é o instrumento), representam o processo instrumental, a descrição das variáveis do objeto (MENEGHETTI, 2014, pp. 125-126).

Meneghetti (2014) salienta que, quando se refere ao latim, o “*quo*” é ablativo de “*quid*” e significa “através do qual”. Ou seja, o intelecto utiliza deste para investigar, racionalizar sobre, e por fim conhecer. *Id* em latim significa “eu iria”. Portanto, *Id quod* é uma parte do intelecto que direciona um impulso do ser ao encontro de uma afinidade, uma identidade (*id*) da própria *psykhê*, que reconhece através de (*quo*) alguma semelhança (*id*), aquilo que possui um caráter atrativo a si próprio (*id*). Portanto, o intelecto investiga e racionaliza sobre este objeto com o intuito de conhecê-lo, de aproximá-lo a si mesmo.

O *Em Si* ôntico, ou alma, é o objeto de pesquisa total, unitário, o qual, porém, após a presença interna do ente (autopresença) especifica-se imediatamente, expõe-se por meio de dois modos: intelecto e vontade (MENEGHETTI, 2014, p. 126).

Meneghetti (2014) acrescenta que “vontade” vem do latim *voluntas*, expressando um significado de “quero, vejo e faço”, representa uma faculdade que busca principiar o ato, isto é, uma força motriz, uma intencionalidade que busca concretizá-lo em modo, lugar e tempo.

Também o intelecto, em si mesmo, apresenta duas posições: o “possível” e “agente”. “Possível” é uma faculdade, uma atitude em estado potencial; “agente”, em vez disso, refere-se a quando o intelecto age, define, reconhece e certifica (MENEGHETTI, 2014, p. 126).

Meneghetti (2014) encara o possível como uma potencialidade, isto é, uma força, uma pulsão que auxilia, que define. A ação que o intelecto gera, aqui, também diz respeito à forma.

O intelecto possível é o momento em que ele é disponível e se deixa variar dentro para, depois reconhecer e identificar. Reconhecer e identificar é a ação operativa do intelecto agente (MENEGETTI, 2014, pp. 126-127).

O intelecto, portanto, se preocupa com o ser em movimento, definido aqui como ente. É por este motivo que quando o intelecto se torna agente – enquanto forma – já se está envolvido, isto é, em movimento atrelado às coisas que envolvem o ser.

Quando o intelecto é agente, indaga, já está envolvido, por isso analisa uma situação, hipótese científica, verdade, posição jurídica – Quem é? O que não é? O que fazer? O que não fazer? – ou seja inicia o processo de raciocínio, portanto se ativa como razão. “Razão” é um instrumento sucessivo; é uma das operações do intelecto, mas não é todo o intelecto (MENEGETTI, 2014, p. 127).

Além da razão o intelecto se manifesta através da consciência, abordada por Meneghetti neste contexto como o núcleo inteligente (nous) puro, in natura, isto é, fora daqueles fatores racionais apoiados pelo discernimento. Quando se refere a Meneghetti, o discernimento utiliza-se de estereótipos, ou de informações meméticas que só atrasam, circulares, que não saem do lugar, isto é, atrapalham e não realizam função. Do ponto de vista da informação, esta é colhida pela intuição de forma pura, porém antes de se tornar plenamente consciente chega ao filtro do monitor de deflexão e é distorcida. Portanto, esta informação distorcida ofusca a visão do lí-

der, do operador, e não permite que o ente em questão delibere corretamente.

Além de se extrinsecar como razão o intelecto agente manifesta-se como consciência. Deve-se precisar que, nessa ocasião, está-se descrevendo o intelecto segundo a natureza: infelizmente, os seres humanos têm uma consciência alterada, esquizofrênica, cindida fora do nous, por causa do monitor de deflexão (MENEGETTI, 2014, p. 127).

Meneghetti (2014) afirma, portanto que o Eu lógico-histórico, isto é, o operador da forma em que se encontra agora, a resultante de todas as suas escolhas, desde o nascimento até o presente momento, para ser exato, deve coincidir com o Eu a priori, o qual é a consciência exata do ser. Meneghetti (2014) salienta que a consciência vem do latim cum scire ens in actione e significa “quando se sabe o ente em ação”, ou seja, é quando o ente está com si e se sabe. O Eu a priori, portanto é a imagem e semelhança do projeto de natureza do homem, porque reflete a imagem do Em Si ôntico, representa, portanto, um núcleo inteligente que promove sempre aquela escolha optimal, perfeitamente adaptada à situação, promovendo função ao meio e ao indivíduo.

De fato, em Ontopsicologia afirma-se que o Eu lógico-histórico para ser exato, deve coincidir com o Eu a priori, o qual é a consciência exata do ser: o intelecto colhe o ente e faz a reflexão perfeita (MENEGETTI, 2014, p. 127).

Meneghetti (2014) afirma, portanto, que o intelecto em fase de racionalização, isto é, após perceber o fenômeno em questão, busca pesquisá-lo, entender suas partes, não em relação ao ente em si, mas em relação ao ente histórico, porque o ente em si já é sua natureza, sua identidade, já se conhece.

A questão, em vez disso, muda para o ente “histórico”, ou melhor [...], naquele lugar, naquele momento. A razão começa imediatamente a estabelecer conexões: o conjunto das causas, do múltiplo que deveria fornecer a síntese do uno, do útil, do conveniente, a síntese para si ou contra si. Portanto o intelecto agente começa uma pesquisa com vários sistemas cruzados, sempre a partir da ótica de interesse da pessoa, do homem, ativando vários modos instrumentais que servem para chegar a operar identidade e definição (individualidade) do objeto (“é assim”) para a verdade em si do intelecto (MENEGHETTI, 2014, p. 128).

Meneghetti (2014) afirma, portanto, com base em Aristóteles, que o conhecimento humano começa através de um contato físico-sensorial já que os homens são criaturas hilemórficas (υλόμορφος), isto é, compostas por matéria (ύλη) e forma (μορφή), o que se vê é apenas o seu composto, o seu sínolo (σημάδι). Este contato (ato com ato) físico-sensorial faz com que o intelecto perceba, já que cada ente histórico é diferente, e a partir daí, calcule e chegue a uma conclusão própria de acordo com a sua capacidade, de acordo com sua potência. A primeira fase, segundo Meneghetti (2014), era denominada pelos filósofos escolásticos como uma “espécie impressa”, deste modo, referia-se a algo que toca o humano por meio dos sentidos e o impressiona, isto é, que é capaz de mudar seu estado habitual emocional. De modo mais sucinto, esta “espécie impressa” pode ser denominada como uma imagem. É a partir disto que o processo de racionalização começa, através desta prima percepção.

Portanto, existe um momento no intelecto que ele parece passivo; depois reage e, após a primeira impressão, torna-se agente (intelecto agente), começa a racionalidade, inicia a própria interpretação. No momento em que o

sujeito quer entender e ser ciência desse contato, ou impacto, o intelecto agente – após a percepção por meio dos sentidos (ou seja, após ter percebido a informação impressa) – reage e começa a atuar uma abstração de todos os relativos (ou seja, “enxuga”, “seca”, todos os elementos acessórios) e intui uma forma, uma espécie, uma projeção daquele objeto, pessoa, relação; alcança a entidade última do objeto e formaliza a identidade histórica daquele ente: o indivíduo, o distingue, o reconhece (MENEGHETTI, 2014, p. 130).

O primeiro impacto formalizante disto, no mundo concreto, se dá através da palavra. O intelecto, portanto, cria um estado unívoco através da definição de certos conceitos, fica evidente, portanto, que a natureza da lógica é excludente ao definir.

O intelecto tem o poder de selecionar em tema exclusivo; ou seja, reduz o ser, o real a uma relação unívoca, a uma perseidade para o sujeito. Este é o poder formalizante da palavra – palavra mental, palavra verbal, o verbo “E o Verbo se fez carne (João 1,14), o logos concretiza-se materializa-se naquele exclusivo único distinto para o sujeito. A palavra ainda que física, mantém-se igual ao real mental (MENEGHETTI, 2014, p. 131).

Desta maneira, quando o significado expresso através da palavra cria reversibilidade ôntica, isto é, traz a informação verídica do ser e estabelece uma relação sadia entre sujeito e contexto histórico, a natureza empírica deste fenômeno, quando materializada através da engenhosidade (deinóteta) do sujeito, é percebido de forma concreta como função, como dinâmica vencedora, alegre, representa um ganho de potência aos indivíduos que dela participam.

Isto ocorre quando a palavra não é meme, ou seja, quando é reversibilidade ôntica entre sujeito e realidade. Essa é uma capacidade espiritual; o espírito universal faz-se ecceico.

Além disso, a palavra – o verbo da mente, o logos do Em Si ôntico, da alma etc. – não somente requer em exclusivo o mundo do real, mas cifrou para outros entes inteligentes, para outros semelhantes, uma conotação inequívoca, igual (MENEGETTI, 2014, p. 131).

A informação exata encontra-se in natura entis, esta deve ser a base fundamental, o alicerce guia que trará suporte às demais conexões que o intelecto agente produz. Deste modo para evitar erros no cálculo deliberativo, a forma expressa através da palavra deve ser idêntica ao projeto de natureza, deve ser idêntica à lógica intrínseca da vida.

### 3 Considerações Finais

O livro *Ética a Nicômaco*, assim como o presente trabalho, começa investigando o que é o homem e o que é a sua essência. Com o intuito de entender estes dois pontos, parte da investigação da *psykhê* humana. Segundo Aristóteles, a alma humana possui três funções distintas: a função nutritiva, sensitiva e intelectiva. As duas primeiras são encontradas em todos os animais, não sendo própria do ser humano, desta forma, sua essência não está em nenhuma delas. Portanto, a terceira função parece ser da natureza do homem. Aquilo que difere o objeto analisado é o que melhor o define. Esta função intelectiva é manifestada através do uso do Logos, por conseguinte, desenvolvê-la evidencia ainda mais esta diferença, e não desenvolvê-la causa um efeito oposto. Aristóteles ao analisar esta capacidade investigou qual seria o ápice de seu uso, designando as virtudes que competem a este estágio. Definiu assim a eudaimonia, o estado do ser onde habitam e são cultivadas as

boas virtudes em detrimento aos vícios. Para que o ser mantenha-se em um estado eudaimônico, é necessário que o indivíduo desenvolva seu intelecto e as virtudes que o acompanham. Desta forma, ao analisar como o intelecto opera, concluiu-se que este age dentro da situação, de íntimo para íntimo, de singular para singular, intencionando-se em busca daquilo que é reflexo, homogêneo, idêntico a si mesmo. Naquele exato momento tudo que diverge, foge de sua percepção, não faz sincronismo. Desta maneira, o intelecto preocupa-se unicamente em instrumentalizar os fenômenos observados em favor do ser, este é o seu imperativo, após reconhecê-lo.

Portanto, as fases que envolvem o uso do intelecto pelo indivíduo que opera a relação físico-sensorial se distinguem em duas; a fase possível e a fase agente. O intelecto possível varia em si mesmo em um estado de disponibilidade, até o intelecto agente reconhecer e identificar. Pelo esforço e tempo dedicados, averigua-se que sua finalidade é encontrar a verdade. A *diánoética* estuda, portanto, o estado que melhor o sustentará para encontrá-la. Este estado é denominado conforme uma virtude, sendo esta, um signo que representa a excelência de um hábito em particular. No caso do intelecto humano, aquelas funções que o tornarão apto para perceber a verdade são as que dizem respeito à capacidade deliberativa da razão e o uso do conhecimento epistêmico. A *phrónesis* é a virtude que representa a excelência do ato deliberativo, já a *sophía* é a virtude epistêmica, científica, que diz respeito aos conhecimentos necessários que servem como alicerce, são a base fixa, não mutável, eterna.

A boa deliberação está intrinsecamente ligada à experiência porque esta evidencia, madura, torna o cálculo mais eficaz, movimenta-se em torno da realidade singular em que o indivíduo se encontra diariamente, ato após ato, momento após momento. Ao olhar para este espectro, percebe-se que toda a ação precede uma decisão, e o produto desta relação gera a experiência. Desta forma, o indivíduo antes de utilizar-se da *phrónesis* decide, esta decisão está sempre relacionada a um intelecto desejante, que intenciona, e um desejo refletido que demonstra o objeto da deliberação. A *phrónesis* sempre trabalha com aquelas ferramentas, percepções, que o indivíduo já possui, portanto ela não cria conhecimento, trabalha somente em cima da capacidade individual. Após a decisão, esta virtude calcula os meios coerentes para tornar o objeto do desejo real, palpável. Sendo responsabilidade da engenhosidade do sujeito (*deinóteta*) cumprir com as metas estabelecidas.

Levando tudo isto em consideração, o líder precisa conhecer os princípios que regem sua ação, compõem seu hábito, edifica-o e transforma-o. Para não cair na ignorância, para domar seus instintos, para saber lidar com o próximo, para polir-se ao ponto de encontrar a verdade, entendê-la e relacionar-se com ela de maneira genuína. Esta é a função da *dianoética*, fazer o ser manter-se em um estado eudaimônico. Este líder, portanto, possui um poder capaz de fazer e realizar, sua ação é prudente, escuta com atenção, calcula e age no momento certo, porque a vida lhe guia assim, a experiência fala por estas palavras, o resultado optimal é regido conforme esta lei.

## Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2020.
- MENEGHETTI, Antonio. **Da consciência ao ser**. São Paulo: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.
- PERINE, M. **Quatro lições sobre a Ética de Aristóteles**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.